

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 902.261 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: ERNST YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C
ADV.(A/S)	: FERNANDO LOESER E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**AGRAVO REGIMENTAL – JUÍZO DE
RETRATAÇÃO.**

**COMISSÃO DE VALORES
MOBILIÁRIOS – PODER NORMATIVO –
LIMITES – MATÉRIA
CONSTITUCIONAL – QUADRO FÁTICO
– REEXAME – DESNECESSIDADE.**

1. A reanálise do processo revelou que o tema versado no extraordinário, alusivo aos limites do poder normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, presentes os artigos 5º, incisos II e XIII, 170 e 174 do Diploma Maior, é constitucional, ficando dispensada a reapreciação do cenário fático.

2. Ante o quadro, reconsidero o ato agravado, por meio do qual neguei seguimento ao extraordinário. Preclusa a decisão, volte-me o processo para inserção da matéria no denominado Plenário Virtual e o pronunciamento sobre a configuração, ou não, da repercussão geral.

3. Publiquem.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator